

UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO AO HIV/AIDS NO ESPAÇO URBANO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA¹

Aurelielza Nascimento Santos²
Marco Antônio Matos Martins³
Janes Terezinha Lavoratti⁴

Resumo: *A importância do estudo sobre o HIV/AIDS, enquanto problema de saúde pública, emerge no espaço geográfico frente ao crescimento das cidades, da globalização, dos fluxos migratórios, extrapolando as fronteiras políticas administrativas dos lugares. Dentro desta perspectiva, o objetivo deste trabalho em andamento é analisar através de estudo de caso as políticas públicas de saúde voltada para a prevenção do HIV/AIDS no espaço urbano do município de Santo Antônio de Jesus-BA.*

Palavras-chave: Espaço geográfico; Políticas públicas; Saúde.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo abordará alguns aspectos referentes às questões políticas de gestão sobre o espaço geográfico relacionados à incidência do HIV/AIDS no contexto nacional e como se apresentam as ações de prevenção no município de Santo Antônio de Jesus – BA. Segundo Andrade (1996), o enfoque envolvendo a categoria espaço socialmente organizado tem sido evidenciado como de grande relevância para se estudar as doenças emergentes, e a AIDS, ao produzir um impacto em todos os aspectos da vida humana, não só como um complexo problema social que se instalou no mundo, sem distinguir e delimitar fronteiras, mas também ressaltando as maiores incidências na população negra, sua feminização e juvenização. Principalmente por estar integrada ao espaço geográfico, a epidemia pode modificar de acordo com as transformações que o espaço estabelece.

Portanto, a pesquisa apresentada neste trabalho busca uma relevância acadêmica-científica quanto a sua importância social, pois através das análises sobre as ações preventivas com relação ao HIV/AIDS, poderá constatar como ocorre a oferta dos serviços de saúde preventiva, a vulnerabilidade social, o controle da epidemia e como acontece a assistência às pessoas portadoras do HIV/AIDS.

¹ . Trabalho desenvolvido durante o projeto de Iniciação Científica (Vulnerabilidade e Avaliação de Ações Preventivas no Ensino Médio do Município de Santo Antônio de Jesus) do Programa Brasil Afroatitudo, vinculado ao Ministério da Saúde e UNESCO.

² Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia – UNEB- V, Bolsista do Programa Brasil Afroatitudo. E-mail: ansafroatitudo@yahoo.com.br

³ Professor Mestre do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da UNEB-V. E-mail: mmartins@uneb.br. Orientador

⁴ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Desenvolvimento Regional e do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da UNEB-V. E-mail: Jlavoratti@hotmail.com. Co-orientadora.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. Referencial teórico

O referencial teórico deste estudo está baseado nos aspectos relacionados à urbanização, bem como o fator social da doença em análise, destacando assim, as políticas públicas de prevenção a AIDS, estabelecidas no território de acordo com o avanço epidêmico no espaço geográfico.

A categoria espaço, entendendo-o como espaço social, construído e reconstruído pela ação dos agentes sociais e a natureza pode estar incluída dentre estes determinantes. Trata-se de uma concepção que não constitui um modelo explicativo já acabado, mas em idéias que gradativamente estão elaboradas. (ANDRADE, 1996, p.26).

Segundo Corrêa (1989), o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Sendo assim, pode-se perceber como o espaço urbano de Santo Antônio de Jesus se articula e materializa frente às ações preventivas a epidemia do HIV/AIDS.

Aliado ao processo das relações entre “o espaço e a política no sentido institucional e operacional” frente às ações de combate a transmissão do HIV/AIDS, faz-se necessário pensar em políticas públicas, considerando as iniciativas do governo, a mobilização social e as necessidades da população.

Assim, Castro (2005, p.127) refere - se à administração pública como um “conjunto de organizações que participam da execução de múltiplas tarefas de interesse geral (...)”. Neste sentido, a função administrativa é o prolongamento da função política, legislativa e governamental. Entre estas funções, promove-se a política pública, ou seja, a prestação de bens e serviços às coletividades e aos seus territórios, como: saúde, educação, saneamento, segurança, entre outros.

Aliado a este processo de políticas públicas que faz parte das ações sobre o território, Santos (2002) pontua que o território se define a partir das ações do Estado, sendo a construção da base material sobre a qual a sociedade produz sua própria história. Assim, o espaço sendo definido e caracterizado por relação de poder, ou seja, domínio, controle e influência de vários agentes: políticos, econômicos e sociais.

Portanto, vale ressaltar a relevância de estudar a geografia da saúde e as políticas públicas preventivas no contexto, frente à epidemia da AIDS enquanto impacto social, econômico e político que afligem em diferentes escalas o espaço geográfico.

2.2. Procedimentos metodológicos

O tema aqui em debate é, ao mesmo tempo, investigador e indicador de um caminho necessário ao enfrentamento da AIDS no Brasil e principalmente no município de Santo Antônio de Jesus-BA, considerando-se que a vulnerabilidade social, em relação à epidemia do HIV, não mais se restringe a segmentos específicos e, sim, a toda a sociedade.

Visualizar e avaliar as ações desenvolvidas por diferentes setores do governo e da sociedade constitui o fio condutor das estratégias de prevenção dentro de um novo viés, em que se deve pensar na integração e envolvimento de agentes dos mais diversos âmbitos sociais.

A proposta metodológica desta pesquisa será pautada na leitura do referencial teórico, levantamento de dados, pesquisa documental, visitas às instituições de saúde do município. Como também, mapeamento das unidades de saúde da família no espaço urbano de Santo Antônio de Jesus, elaboração e aplicação de questionários. Por último, os dados coletados serão tabulados e analisados dando origem ao trabalho final.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Abordagem da problemática HIV/AIDS

As Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e o HIV/AIDS são um dos principais problemas de saúde pública do mundo. Estima-se que cerca de 600 mil pessoas vivem com HIV e que 30 milhões estejam infectadas por alguma DST no Brasil. Segundo os parâmetros da Organização Mundial de Saúde (OMS), a estabilização das taxas de prevalência do vírus certamente está associada às mudanças de comportamento, práticas e atitudes da população frente às questões relacionadas à transmissão, como também as políticas de saúde à prevenção e controle da AIDS.

Sabendo-se que a AIDS é uma doença que pode atingir a todos indistintamente, ou seja, todos (as) estão vulneráveis ao HIV, assim toda situação de saúde que se caracteriza por desigualdades coletivas diferenciadas quanto ao acesso aos bens e serviços, quanto simbólicos ou insumo, geram situações de vulnerabilidade. Assim, Subrack (2004, p.29) pontua que a vulnerabilidade se refere aos diferentes graus de fragilidade dos indivíduos e grupos frente à infecção por HIV/AIDS. E o Brasil, por possuir fronteiras políticas administrativas com quase todos os países da América do Sul, enfrenta um problema sério de disseminação do HIV neste cenário geográfico (Galvan *apud* Subrack, 2004).

Essa vulnerabilidade envolve, portanto, a falta de informação sobre os riscos à saúde e a exclusão (nível individual de vulnerabilidade), até aspectos relacionados à inserção na sociedade – como baixa escolaridade, poucas oportunidades de renda própria e consumo e dificuldades de acesso aos serviços de saúde (nível social de vulnerabilidade) e ao desenvolvimento de ações institucionais especificamente voltadas para o problema da AIDS como informação e educação, saúde e serviços e não-discriminação para portadores de HIV e AIDS (nível programático de vulnerabilidade).

Portanto, a escassez de trabalhos analíticos sobre as ações desenvolvidas pelos mais variados setores do governo, no que tange ao combate à AIDS é um agravante para repensar sobre as ações preventivas, a promoção à saúde, a vulnerabilidade e os direitos humanos, pois se houvessem mais atenção acerca da saúde sexual da população reduzir-se-iam os casos das doenças sexualmente transmissíveis como também os gastos para atender as pessoas vítimas dessas doenças.

A falta de banco de dados e apenas campanhas esporádicas anuais, poucos números notificados de pessoas portadoras do HIV/AIDS no município de Santo Antônio de Jesus fortalecem ainda mais a inexistência de políticas públicas referente à problemática em questão, sabendo-se que o programa nacional de prevenção do Ministério da Saúde é considerado um dos melhores do mundo.

Assim, a inexistências de ONG's, Pastoral da AIDS, Centro de Testagem Aconselhamento, postos de informações sobre a epidemia e campanhas diárias são alguns fatores

que comprovam que a epidemia da AIDS parece não fazer parte da realidade deste município, pois o silêncio reflete o quanto a sociedade civil organizada não está atenta para um grande problema que poderá acarretar estigmas, preconceitos, discriminações, opressão, exclusão entre outros fatores, sendo uma questão política e não apenas técnica, porque depende da construção de rede de mobilização que permita as transformações necessárias à redução da vulnerabilidade ao HIV/AIDS.

Em janeiro de 2006, em entrevista ao jornal Folha das Palmeiras⁵, o ex-Diretor da 4ª DIRES (Diretoria Regional de Saúde de Santo Antônio de Jesus), o médico Frederico Wanderley informou que a AIDS mata em Santo Antônio de Jesus, apresentando que apenas 7 pacientes são cadastrados na secretaria regional de saúde, dos quais dois são santoantonenses. E que em 2005 ocorreram na cidade duas mortes de pessoas infectadas com AIDS e que as mesmas não tinham conhecimento de que eram portadoras da doença.

Com base nessa perspectiva, nota-se que as políticas públicas de prevenção vêm falhando em Santo Antônio de Jesus, pois pessoas portadoras do HIV e vítimas da Aids não são acompanhadas e não fazem parte do banco de dados da secretaria municipal, embora com a municipalização⁶ da saúde, onde os serviços prestados passam a ser administrados e oferecidos pelo poder executivo dos municípios e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Saúde⁷ (composto por membros da sociedade civil organizada), não apresentam projetos e programas de prevenção visando à mudança dos comportamentos associados à infecção pelo HIV e adoecimento da Aids.

Outro dado significativo é a inexistência de políticas educacionais de saúde e educação sexual nos conteúdos programáticos das escolas da rede pública, fortalecendo ainda mais a vulnerabilidade às Doenças Sexualmente Transmissíveis a um segmento propenso ao aumento das incidências desses agravos. De acordo com o Programa Nacional DST/AIDS, do Ministério da Saúde, o Brasil tem hoje cerca de 30 mil casos acumulados, sendo que 15% estão entre jovens de 13 a 24 anos, o que caracteriza a chamada juvenização da doença. Com base nesta premissa, nota-se a eminente necessidade de desenvolvimento de propostas educacionais voltadas para a temática sexualidade, que possam promover debates, discussões e ações afirmativas de caráter informativo-preventivo a respeito dos conflitos enfrentados pelos jovens na contemporaneidade; dúvidas, desinformações, preconceitos, tabus, estigmas, medos, homossexualismo, homofobia, DST's, gravidez precoce, dentre outras questões que fazem parte dos espaços de vivência desses agentes sociais em risco à vulnerabilidade.

Tendo como referência o espaço urbano do município de Santo Antônio de Jesus, localizado no Recôncavo Sul da Bahia, apresentando uma população estimada em 86 mil habitantes, percebe-se uma carência de ações voltadas para políticas públicas e sociais que visem à sensibilização e instrução, bem como a adesão de medidas preventivas em combate as DST's/AIDS e a importância do uso de preservativos.

Constata-se que os programas existentes no município são esporádicos, estando diretamente vinculados às campanhas de âmbito nacionais e estaduais desenvolvidas apenas em

⁵ Periódico de distribuição gratuita no município de Santo Antônio de Jesus, com tiragem de 1.000 exemplares.

⁶ Projeto de municipalização da saúde: a oferta municipal de serviços de atenção básica e a municipalização da gestão da rede hospitalar local.

⁷ Órgão permanente, deliberativo e normativo do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal, que tem por competência formular estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros. Capítulo II e as Leis Federais 8.080/90 e 8142 /90.

datas simbólicas no Carnaval, São João e o 1º de Dezembro (Dia Mundial de Combate a AIDS). No entanto, tais ações deveriam ser cotidianas nos ambientes escolares, universidades, associações e casas de detenções, para que assim venham efetivamente amenizar os alarmantes dados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das mais peculiares características do Programa Brasileiro de DST e AIDS tem sido a construção das estratégias de enfrentamento da epidemia ancoradas não somente nos seus aspectos biológicos e epidemiológicos, mas também nos aspectos sociais a ela interligados. Apesar de ser responsabilidade do Estado prover saúde e garantir direitos humanos, em nenhuma circunstância essa meta tem sido alcançada sem uma intensa mobilização social (BRUCK, 2006). Assim, portanto, faz-se necessário ampliar o número de pesquisas que possam determinar os meios mais efetivos de se responder à epidemia de HIV/AIDS e estabelecer as estratégias ou metodologias capazes de influenciar a vulnerabilidade em municípios de grande circulação de população oriunda da região em torno ou de outras localidades.

Assim, o resultado futuro deste estudo pretende apresentar como as políticas públicas de prevenção ao HIV/AIDS estão sendo realizadas e organizadas para diminuição da transmissão do HIV, pretendendo apresentar as características sociais, econômicas e demográficas da problemática em questão como também a iminente necessidade de organização de um banco de dados, mapeamento e levantamento dos serviços oferecidos acerca do HIV/Aids nas unidades de saúde, do espaço urbano da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA.

5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Eliane Brito. **Urbanização e Esquistossomose no Estado da Bahia:** Questões gerais e locais. Salvador, 1996.

BRUCK, Karen. A iniciativa de implantação do Programa Brasil Afroatitude: contexto surgimento. In: BRASIL AFROATITUDE, 1, 2006. Brasília. **Anais...** Brasília: 2006.v.1.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política:** território, escala de escalas de ação e instituição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

SANTOS, Milton. **O País distorcido:** o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SUDBRACK, Mirtha Sendic. Problematizando a vulnerabilidade social. In: **Vulnerabilidade Social e AIDS:** O desafio da prevenção em tempos de pauperização. Porto Alegre: CNBB, 2005. p.21-60.